

O AMBIENTE DE SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Pricila Sonogo*
Dagmar B. Mena Barreto**

RESUMO

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior é uma nova realidade repleta de desafios, que, no Estado de Santa Catarina, teve início na década de 1980 em virtude do processo de matrículas compulsórias de alunos no ensino regular. A chegada dessa nova demanda no ensino superior trouxe consigo a necessidade de reestruturação e adaptação não somente da metodologia de ensino, mas também de uma nova realidade tanto para os professores quanto para os acadêmicos e seus colegas envolvidos nesse processo. No presente trabalho buscou-se a compreensão do que pensam sobre as experiências vividas no cotidiano acadêmico das turmas que contam com a presença de alunos com deficiência, investigando se, de fato, a inserção acontece de forma inclusiva e efetiva. A pesquisa teve a participação de acadêmicos com e sem deficiência regularmente matriculados nos Cursos de Psicologia e Direito, bem como a participação de professores dessas mesmas turmas. Por meio da pesquisa foi possível constatar as dificuldades oriundas da inexperiência em lidar com as demandas do ingresso de alunos com deficiência no ensino superior, observa-se também a ineficácia em termos de materiais e metodologias de ensino, despreparo dos professores e insatisfação de acadêmicos e professores em alguns pontos cruciais para o processo de ensinar e aprender. Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular ganhou força no Estado de Santa Catarina a partir da adoção da política de educação integrada por meio das matrículas compulsórias (Plano de Matrícula Compulsória da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto – 1987). Mesmo sem ter uma estimativa do impacto de tal medida no ambiente escolar, o plano foi adotado, e, em certa medida, pode-se agora identificar aquele momento como o precursor de uma sequência de modificações que culminaram com o atual processo de inclusão desses alunos. Entre as principais dificuldades apontadas ainda naquela época estavam a carência de capacitação dos professores, falta de ações com as famílias visando esclarecimentos sobre a deficiência ou sobre as oportunidades que a educação regular poderia oferecer às suas crianças, diferenciações de oportunidades em termos de equipamentos necessários para as diferentes necessidades dos alunos, entre outras.

Passados 29 anos da implantação do Plano de Matrícula Compulsória, é possível avaliar que houve avanços significativos em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência no âmbito da escola, mas também pode-se identificar dificuldades que ainda não foram superadas. O número crescente de alunos com deficiência que estão ingressando ao ensino superior é um indicativo de que o processo de inclusão

* Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; prisonogo@hotmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; dagmar.barreto@unoesc.edu.br

melhorou muito, porém os problemas que esses alunos têm sentido na manutenção e conclusão de seus cursos são indicativos de que muito ainda precisa ser conquistado para a garantia do processo de inclusão.

É relevante para diferentes áreas do conhecimento descrever a percepção dos alunos que estão inclusos no ensino superior, caracterizando como ocorreu esse processo e identificando as barreiras que eles encontram no ambiente do ensino superior, além de investigar as relações interpessoais entre colegas e professores e as possíveis adequações das universidades diante do processo de inclusão.

No trabalho proposto, descreve-se a percepção da comunidade acadêmica sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, mais especificamente o que pensam professores e alunos com ou sem deficiência sobre as experiências vividas no ambiente da sala de aula em turmas do ensino superior que contam com a presença de um ou mais alunos com deficiência regularmente matriculados.

Outra questão, ainda, diz respeito ao relacionamento interpessoal entre os alunos, investigando se ocorre de forma solidária e cidadã ou não, assunto este que tem sido incansavelmente discutido no ambiente universitário. São muitas as questões ainda a serem respondidas e entre elas algumas tem-se ao menos a pretensão de discutir: as turmas que contam com a presença de alunos com deficiência identificam diferenças no funcionamento interno da turma por conta do referido processo de inclusão? Como ocorre a formação de grupos nessas turmas que experimentam o processo de inclusão? Ou, ainda, colegas e professores têm sugestões para melhorar as relações no ambiente da sala de aula e estimular o processo de inclusão? Como professores e alunos se identificam ou não como agentes de tal processo?

2 REVISÃO DA LITERATURA

Identificar quem é ou não deficiente não é uma tarefa fácil. Além dos riscos decorrentes das limitações da linguagem no que se refere a minimizar qualquer tipo de violência simbólica embutida nos diferentes adjetivos que caracterizam as pessoas com deficiências, é necessário avaliar as condições funcionais e comportamentais de cada pessoa e relacionar tais condições ao ambiente sócio-histórico. No conceito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (SANTA CATARINA, 2006).

Nos últimos 20 anos o processo de inclusão ganhou força e, no Brasil, passou por reformas que interferiram diretamente no cotidiano das escolas (GARCIA; MICHELS, 2011). Nesse sentido, um conjunto de ações visando à efetivação da Educação Inclusiva na rede regular de ensino vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (Seesp), como, por exemplo: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, adequação de prédios escolares para acessibilidade, Formação Continuada de Professores na Educação Especial, além do Programa Educação Inclusiva (BRASIL, 2006a).

O foco dessas ações é dar condições de acessibilidade física, pedagógica e tecnológica para suprir as diferentes necessidades educacionais e para que alunos com deficiência possam garantir o acesso e a permanência nas escolas, com possibilidades reais de socialização e desenvolvimento acadêmico (GLAT; PLETSCHE, 2010).

Entre as principais barreiras encontradas quando o assunto é educação de pessoas com deficiência, pode-se destacar a falta de preparo dos profissionais da educação. Vitaliano (2007) relatou a reação de embaraço de um professor perante alunos com deficiências motoras em suas aulas. Tanaka e Mangini (2005) comentam sobre o desconforto e a mobilização de sentimentos de fragilidade quando em contato com pessoas com deficiência. É importante mencionar que, muitas vezes, tanto os professores quanto os colegas de classe não tiveram convívio direto com pessoas com deficiência; a experiência em sala de aula,

além de desafiadora, é em muitos casos o primeiro contato, sem ensaios prévios, assim se caracterizando uma trajetória de acertos e erros.

Além da década de 1990, a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular tomou impulso, exigindo adaptação e preparo tanto do ambiente escolar quanto dos professores e colegas de classe. A inclusão de alunos com deficiência é vista como um grande desafio à sociedade e ao sistema educacional. A educação inclusiva no Brasil tem atingido todos os níveis da educação, garantindo avanços por meio das conquistas de caráter legal, bem como de políticas públicas específicas.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior exige quebra de diversos preconceitos e formas de discriminação, além de um árduo trabalho de adaptação das metodologias de ensino a fim de suprir as necessidades de tal demanda. Esse debate foi se consolidando no contexto educacional brasileiro a partir da década de 1990, por meio de leis, decretos, portarias, resoluções e instruções nos níveis federal, estadual e municipal (CHAHINI, 2010). Apesar dos avanços, essa efetiva inclusão ainda é um desafio, tanto para o ensino regular quanto para o ensino superior.

Com a entrada desses acadêmicos no ensino superior fica evidente que as universidades devem estar comprometidas não somente com a formação profissional, mas com todo o processo inclusivo que visa à adaptação, a fim de suprir todas as necessidades desses acadêmicos de forma integrada com o restante dos alunos. Tal inclusão não se restringe apenas a inserir uma pessoa com deficiência, limitações ou dificuldades e necessidades especiais na instituição escolar, mas organizar e implementar respostas às demandas do educando, que incluem questões referentes à acessibilidade física, arquitetônica, tecnológica, de comunicação e de atitudes.

A importância deste trabalho é visualizada a partir da análise do processo de inclusão de alunos com deficiência no âmbito universitário, assim identificando possíveis limitações, que vão além das metodologias utilizadas, envolvendo toda a interação com colegas e professores, bem como a visão que os professores e os acadêmicos com e sem deficiência têm da inclusão na universidade.

Quando se fala de adaptação e inclusão nas escolas, isso remete a escolas de ensino básico, pois o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior é algo relativamente novo e teve início quando esses alunos começaram a ter acesso às instituições de ensino por meio de políticas públicas de caráter inclusivo, como foi o caso da matrícula compulsória no Estado de Santa Catarina nos anos 1980.

As Instituições de Ensino Superior têm o dever de proporcionar condições para garantir não somente o ingresso de acadêmicos com deficiência, como também sua permanência na instituição. Para que isso ocorra de forma efetiva, é preciso um constante trabalho de adaptação e acessibilidade, tanto de meios físicos quanto de materiais e metodologias pedagógicas. O crescimento constante do número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior pode ser acompanhado por meio dos indicadores do Censo do Ensino Superior. Com o censo Brasil 2013, observou-se que as matrículas passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando um crescimento de 358%. Desse total de alunos com deficiência matriculados no ensino superior em 2011, 72% pertenciam às instituições privadas da educação superior (CORRÊA, 2014).

A inclusão universitária não pode ser simplesmente uma forma de acatar a legislação vigente, mas deve promover a transformação social. O papel das instituições de ensino superior com os indivíduos com deficiência é ofertar serviços de qualidade e comprometer-se com o processo de ensino-aprendizagem de todos os seus alunos, incluindo aqueles com alguma necessidade especial ou limitação. A inclusão vai muito além de seus aspectos legais, ela ocorre quando de fato os indivíduos que estão em bancos escolares são atendidos de forma integral e preparatória para ingressar no mercado de trabalho com êxito (BARRETTO; FERREIRA, 2013).

Sendo a educação superior de alunos com deficiência algo relativamente novo, faz-se necessário investigar como acontece a interação do acadêmico com os demais colegas, bem como sua relação com professores e universidade. A relevância deste trabalho é visualizada a partir da análise do processo de inclusão

de alunos com deficiência no âmbito universitário, assim identificando-se possíveis limitações, que vão além das metodologias utilizadas, envolvendo toda a interação com colegas e professores, bem como a visão que os professores e os acadêmicos com e sem deficiência têm da inclusão na universidade.

3 MÉTODO

Como método, optou-se por pesquisa de campo, de caráter descritivo, utilizando-se um questionário para a coleta de dados com os alunos e uma entrevista com roteiro semiestruturado para a coleta de dados dos professores e acadêmicos com deficiência.

A amostra teve a participação de 41 estudantes universitários, 85% mulheres e 15% homens, com média de idade de 22 anos, todos com matrícula ativa nos Cursos de Psicologia e Direito de uma universidade comunitária do Oeste de Santa Catarina, além de sete professores de ambas as turmas e dois acadêmicos com deficiência visual, um estudante de Direito e outro de Psicologia.

Os sujeitos da pesquisa tinham vínculo com a mesma Universidade (amostra intencional) com matrícula ativa nos Cursos de Direito e de Psicologia. Quanto ao grupo de professores, foram selecionados os que estavam em atividade acadêmica nas turmas selecionadas no segundo semestre de 2015, período correspondente ao processo de coleta de dados.

Após a transcrição dos dados obtidos na entrevista, estes foram analisados por meio do método de análise do discurso, buscando compreender a realidade do cotidiano de acadêmicos com deficiência e de seus colegas e professores no ambiente da sala de aula. Os dados qualitativos foram tabulados, e as entrevistas foram descritas objetivando-se fazer a análise comparativa deles.

Para efeito de identificação dos sujeitos, utilizaram as seguintes nomenclaturas: acadêmicos com deficiência (S1 e S2), professores (P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7) e colegas de classe, identificados como Aluno Direito e Aluno Psicologia.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com os dois acadêmicos com deficiência visual dos Cursos de Psicologia e Direito de uma universidade de Santa Catarina. Na entrevista foram abordados diversos assuntos, como o histórico da deficiência, a adaptação no ensino regular e posteriormente no superior, a relação com os colegas, a metodologia de ensino, o processo de ensino-aprendizagem, o relacionamento com os professores e as expectativas sobre o mercado de trabalho.

Com o desenvolvimento das políticas inclusivas, o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior tornou-se algo real, contribuindo para que elas possam firmar seu espaço como cidadãs (PEREIRA, 2006). Nesse processo de ensino-aprendizagem e adaptação, o papel do professor vai além de um transmissor de informações, contribuindo para a formação cidadã de seu aluno.

A entrada de acadêmicos com deficiência no ensino superior mostra que diante de algumas circunstâncias inesperadas, a universidade e os professores deparam-se com falta de preparo para solucionar problemas, como infraestrutura inadequada, despreparo de os próprios funcionários da instituição e do corpo docente, indisponibilidade de materiais adaptados a atender a essa demanda, etc. Mesmo o número de pessoas com deficiência ainda não tendo grandes proporções se comparado com o número geral de acadêmicos com matrícula ativa, esse número vem aumentando, e a necessidade de adaptação das instituições de ensino e de seus profissionais é cada vez mais exigida.

A universidade não estava preparada, eu não tive uma explicação, não me mostraram como seria a sala, também não perguntaram qual seria o método mais adequado para eu entender, foram questões que eu mesmo conversava com os professores, não partiu da Universidade, depois que eu que fui me ajustando a cada professor. Nunca me perguntaram o que seria mais acessível para mim, foi como se me falassem vai para ver o que acontece.

[...]

Acho que as estratégias dos professores não são boas, pois, por exemplo, na composição do slide existem muitas imagens que eles dificilmente falam, e quando falam não sabem explicar, se falam uma, esquecem de dez, muitas vezes existem conceitos no slide que eles anotam no quadro e explicam, porém começam a citar exemplos, apontando para um dos conceitos do quadro, mas eu não vejo, não sei do que eles estão falando, não sei sobre qual conceito é a pergunta que estão fazendo, isso acaba me deixando perdido. Na questão da prova oral tenho muitas dificuldades quando a questão é descritiva, pois alguns professores exigem que eu dite a resposta, alguns aceitam que eu faça a verbalização, quer dizer, falar sobre o conteúdo, mas outros querem que em uma única vez eu fale ao pé da letra qual seria a resposta, sem ensaios, espere eles escreverem e aí eu continue, e em uma resposta maior pode acontecer uma “fuga de ideia”, não lembro exatamente onde parei, me perco e se eu peço para que leiam novamente eles leem, mas acontece que fica difícil continuar, pois preciso ditar, parar para o professor escrever, lembrar onde parei e continuar falando, sendo que o que eu falar será considerado resposta, como se não houvesse uma borracha. (S1, informação verbal).

O ensino universitário não se reduz a um mero repasse de informações. É necessário o comprometimento dos diversos atores da comunidade e a junção dos aspectos metodológicos e de estrutura física para que se possa propiciar condições efetivas de ensino e aprendizagem. As universidades precisam estar preparadas e receber adequadamente os acadêmicos com deficiência, porém o desconhecimento e o despreparo dos funcionários, professores e alunos sobre essa temática faz com que aumentem os obstáculos do aluno com deficiência, considerando as constantes atitudes de discriminação e preconceitos. Também é necessário um avanço nas questões metodológicas de ensino (PEREIRA, 2006).

Na apresentação de trabalhos, vejo que tenho muitas dificuldades, fico mais inseguro, pois existe um slide, algo escrito que eu não vejo, não posso ler, pois se eu esquecer uma palavra que seja um conceito básico eu não vou conseguir falar, então isso me deixa ansioso para a apresentação, seria minha maior dificuldade. Tenho muitas dificuldades para pesquisar, no período CAPES existe um menu de acessibilidade, mas quando é ativado, nada muda, ele não lê, isso dificulta, não consigo achar um material lá. O Scielo é um pouquinho mais fácil, mas pouco, restringe muito, então acabo jogando um assunto no google e o que aparece são assuntos de blogs, um material qualquer, um textinho de qualquer pessoa, não é um material confiável, no início meus trabalhos eram baseados nesse tipo de pesquisa. Geralmente quem me auxilia nas pesquisas de materiais acadêmicos, quando eu preciso de artigos, é uma funcionária da biblioteca, que desde o início, quando eu não tinha o leitor de tela ela me ajudava, nos tornamos amigos e sempre que eu preciso recorro a ela, mando um recadinho para ela, no face ou no whats, dizendo qual é o assunto e ela me encaminha o material, bastante artigos. Eu começo a montar os trabalhos e mostro para alguém, um colega, para ver como que está ficando (S1, informação verbal).

Eu tenho um programa que utilizo para digitar, para produzir textos, eu digito então, mas se precisar fazer alguma citação ou algo do tipo, daí como não tem em áudio, aí eu preciso de ajuda; os programas de computador não são tão bons, pelo menos os que tenho acesso, mais limitados. (S2, informação verbal).

Os acadêmicos com deficiência se deparam com inúmeros desafios no ensino superior, como, por exemplo, montar trabalhos e buscar materiais científicos; inúmeras vezes necessitam do apoio dos colegas ou mesmo dos professores e funcionários da instituição. O processo de ensino-aprendizagem sofre influência significativa do meio e das relações sociais nele envolvidos, ajudando ou prejudicando a sua eficácia (BARRETO; FERREIRA, 2013).

Muitas vezes, no cotidiano da sala de aula, o acadêmico com deficiência conta com a ajuda de terceiros para poder realizar suas atividades, pois em vários pontos dessa inserção os acadêmicos se deparam com desafios estruturais e metodológicos. Podemos pensar que em níveis sociais e econômicos o que se busca é que cada vez mais alunos, com ou sem deficiências, estejam matriculados nos cursos universitários, mas, principalmente, que possam concluir suas graduações com bom aproveitamento e condições de atuação plena no mercado de trabalho.

Depois que sofri o acidente, acabei retornando à escola somente no ano seguinte. A professora da 4ª série me ajudava, anotava as atividades e minha mãe lia em casa. Os colegas ajudavam na locomoção; sempre tive apoio nas turmas que estudei. Penso que no início tive pouco contato com os colegas, muitos falaram que eu poderia contar no que fosse preciso, mas nem todos ajudaram, me aproximei mais de algumas pessoas; com alguns ficou por aquilo, e com outros obtive mais ajuda. Tem pessoas que me auxiliam, umas mais e outras menos. (S1, informação verbal).

Eu não tenho muita recordação da minha adaptação ao ensino regular, mas eu acredito que foi parecido com a universidade, que foi difícil porque ninguém sabia como me receber e como lidar com a minha deficiência, mas foi bom, não tive grandes problemas de não me aceitarem na escola. Não tive segundo professor, acho que é assim algo mais moderno, no ensino médio me ofereceram segundo professor, mas eu não aceitei porque já estava habituada. (S2, informação verbal).

Eu utilizo DOSVOX, basicamente para digitar. Eu conversei com um dirigente da instituição, daí ele disse que não tinha os equipamentos, daí o professor disse “não, tudo bem, eu imprimo fora da universidade”, daí o diretor disse que não queria abrir precedentes, que eu iria querer em outras disciplinas também, e dificultou. Acredito que seja preconceito, isso não era motivo, ele poderia ter facilitado algo que dificultou. Ele é professor do curso e vai me dar aula nos próximos semestres. (S2, informação verbal).

A adaptação no âmbito escolar e universitário não é uma tarefa fácil. O despreparo para receber e trabalhar com esses alunos é um fator que gera desconforto. O fato de não saber como lidar com a deficiência e a falta de materiais disponíveis tornam-se obstáculos. Como no próprio depoimento, é perceptível que em algum momento esses alunos contam com a ajuda e solidariedade de seus colegas; a instituição por si só não supre todas as necessidades de adaptação.

Os professores utilizam materiais como filmes, cópias de livros onde meu programa de leitura não consegue ler, e quando é [o material] em Power Point é mais tranquilo. Quando há menos de 50% de imagens o leitor lê, se tiver mais ele não lê, só reconhece as imagens. Os materiais digitalizados também não podem ser lidos, deveriam oferecer um formato mais acessível, pois existem faculdades que fornecem e convertem os materiais para que sejam mais acessíveis. O material que deixam no xerox é bem difícil também, pois preciso que sempre alguém leia para mim. A questão de filmes também não é muito planejada pela maior parte dos professores; filmes que muitas vezes não são dublados, não me comunicam antes, quando chego na sala avisam que não encontraram filmes dublados, não avisam com antecedência, tenho que ficar na sala sem entender o que está acontecendo. (S1, informação verbal).

A universidade foi resistente; eu até brinco que eles achavam que eu iria desistir. No início eles diziam vamos ver como faz; poucas adaptações ocorreram. O chão adaptado em meio termo, as escadas dificultam, e eu estudo nessa mesma sala a toda a faculdade, porque é ao lado do banheiro e cantina [...] há um ano atrás começaram a comprar alguns livros de direito em áudio, e a coordenadora está providenciando livros para o TCC. Não é como ir à biblioteca e escolher, é mais limitado, mas pelo menos agora tem alguma coisa, passaram três anos sem ter nada. Minha mãe em casa me auxiliava nas leituras. (S2, informação verbal).

Alguns professores compreendem minha situação, minha dificuldade e de certa forma me ajudam, já outros professores não. Eles querem que eu seja igual aos demais, mas isso é uma questão que em alguns aspectos eu sou, já em outros não, não consigo ser, deveriam ter mais sensibilidade, relevar mais. (S1, informação verbal).

Na verdade, utilizo o gravador e material de áudio, Braille não tanto porque não tem muito material disponível. Acredito que uma impressora Braille para estar imprimindo os materiais, mais material em áudio, a legislação toda em áudio, existe grande parte em áudio, acredito que tenha para comprar, o que não tem gratuito deve ter para comprar. (S2, informação verbal).

Os resultados da pesquisa permitem fazer correlação com o relato de Glat e Pletsch (2010), que afirmam que, além da estrutura necessária para a inclusão, existe o despreparo dos professores e demais agentes envolvidos no processo educacional. Os próprios acadêmicos em seus relatos citam que o despreparo vai além de questões metodológicas; a disponibilização de materiais compatíveis com os recursos dos acadêmicos é algo relevante encontrado na pesquisa, a utilização de fotocópias em que o equipamento não faz a leitura, a utilização de vídeos ou filmes legendados, que em alguns casos o aluno é avisado e lido e repassada outra atividade, já em outros casos ele está presente na aula, mas não entende o que se passa durante o vídeo.

A carência de materiais em áudio e a pouca adaptação dos materiais diversos existentes fazem com que os acadêmicos com deficiência visual se tornem mais dependentes de outras pessoas. Mesmo que algumas adaptações estejam sendo feitas, o desconhecimento de métodos de trabalho, processos de comunicação e interação prejudica o desenvolvimento deles enquanto estudantes (BARRETO; FERREIRA, 2013).

Outras pesquisas já realizadas apontam que o ensino superior não se encontra preparado para receber alunos com deficiências. Essa afirmação tem embasamento em depoimentos de professores e coordenadores de cursos de graduação que trabalham diariamente com esses alunos, declarando que existem dificuldades e falta de preparo e apoio para a inclusão deles no ensino superior (BARRETO; FERREIRA, 2013).

4.2 SOBRE O OLHAR DOS PROFESSORES

A pesquisa contou com a participação de sete professores dos Cursos de Direito e Psicologia de uma mesma universidade. A obtenção de dados para o trabalho consistiu na aplicação de uma entrevista semiestruturada, na qual foi possível abordar questões sobre a adaptação e a presença de acadêmicos com deficiência no ensino superior, bem como os possíveis desafios encontrados na sala de aula.

Os professores não podem fingir que esse aluno está aprendendo, isso não é inclusão, é jogar o aluno lá, isso é só inserção. (P1).

Quando ele entrou no curso eu era coordenador, e as dificuldades institucionais são maiores que as dificuldades de cada professor. (P2).

Penso que a Universidade poderia ofertar mais materiais a fim de suprir as necessidades, no caso do acadêmico com deficiência visual. (P3, informações verbais).

Tais relatos mostram as dificuldades encontradas pelos professores no cotidiano acadêmico, em que os alunos com deficiência estão cada vez mais presentes, sendo necessário um efetivo processo de adaptação tanto dos profissionais da educação quanto das instituições de ensino.

Apesar de existirem políticas que garantem aos alunos com deficiência o acesso ao ensino regular, inúmeras barreiras são encontradas para que esse processo se efetive, sendo uma delas a formação do professor (BAZON; EUFRÁSIO; REIS, 2010). Não basta apenas inserir esses alunos no ambiente do ensino regular; é necessário assegurar que o processo de ensino-aprendizagem seja feito de forma efetiva, garantindo às pessoas com deficiência as condições básicas para que isso ocorra. Um dos fatores importantes para que essa inclusão aconteça diz respeito à preparação de professores, que vai além de sua formação inicial e parte do interesse deles próprios e da instituição. Com o aumento do ingresso de alunos com deficiência no ensino regular, esse deve ser um processo contínuo.

A própria família [do acadêmico com deficiência] entrou em contato e explicou como seria a melhor forma de disponibilizar os textos, sendo que a velha maneira do “xerox” não seria mais viável a suas necessidades; também a ideia de que ele pudesse gravar as aulas. Então tivemos algumas informações de como trabalhar com ele, mas não tivemos nenhum curso específico para trabalhar com esse tipo de deficiência. Até acredito que a Universidade poderia promover mais cursos sobre inclusão de pessoas com necessidades; penso que a instituição está se renovando quanto a isso, inclusive nos aspectos físicos existem muitos pontos a melhorar, mas também no que diz respeito à parte acadêmica enquanto formação dos professores, talvez mais cursos que trabalhem essa dimensão, pois em todos os cursos e praticamente em todas as turmas têm uma ou outra pessoa que tem alguma dificuldade. (P4, informação verbal).

Quando fiquei sabendo que seria professora dele fiquei bem apreensiva, bem apreensiva mesmo, porque eu sou muito visual, então eu me preocupei bastante nesse sentido. Nas minhas aulas eu gosto muito de “mostrar”, trazendo filmes, documentários, enfim... E isso me preocupou muito. Então conversei com algumas professoras que já tinham trabalhado com ele, pois eu também me preocupava em como avaliar ele, fiquei receosa, não sabia se usaria os mesmos critérios dos outros para ele, pela dificuldade e por eu também nunca ter trabalhado com um deficiente visual. Não tive nenhum treinamento para trabalhar com ele, nenhuma orientação oficial. Eu busquei e conversei com as professoras e com a coordenação, que acabou me fornecendo algumas diretrizes de como fazer, enfim, mas treinamento nunca tive. (P5, informação verbal).

Todos os acadêmicos com deficiência devem ser atendidos de forma inclusiva, em especial aqueles com limitações visuais que precisam de adaptações nos materiais didáticos, escrita, leitura, execução de trabalhos, locomoção, entre outros. Também existe a necessidade dos docentes em compreenderem a deficiência e suas limitações, analisando quais as possibilidades de desenvolver esses alunos para que não se tornem dependentes e, sim, consigam efetivamente ser agentes do processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, é indispensável o suporte da instituição de ensino, a fim de promover capacitações para que a demanda seja atendida de forma assertiva.

Glat e Pletsch (2009), em seus estudos, indicam que o professor deveria contar com o apoio institucional da universidade, assim, melhoraria sua contribuição com a aprendizagem dos alunos, tendo acesso a cursos e apoio pedagógico.

A disciplina que eu trabalho com a acadêmica, a única diferença é que eu evito o uso de multimídia, minha aula é muito expositiva, sou muito eu na sala de aula, além disso, procuro falar mais pausadamente, pois ela está gravando, e tudo o que eu escrevo no quadro procuro detalhar verbalmente e falar várias vezes para que ela possa lembrar. (P6, informação verbal).

Sobre o material didático e a metodologia, procuramos sempre selecionar alguns materiais que sejam de mais fácil acesso para ele e ficamos abertos a ele para que nos procure em horário fora da sala de aula quando surja alguma dificuldade e isso realmente acontece. Quando ele precisa realizar alguma prova, ele acaba fazendo em horários alternativos, pois ele prefere fazer com o próprio professor da disciplina; claro que nós sempre temos que estar muito atentos, pois a inclusão prevê que precisamos tratar a pessoa com deficiência de forma igual, mas considerando um diferencial a fim de se ajustar as necessidades dele. Procuro selecionar filmes que não sejam legendados, só se for algum documentário que realmente não tenho outra opção, mas eu comento isso com ele, justificando e explicando o que o material fala. (P3, informação verbal).

As aulas não mudam, as explicações acabam sendo mais detalhadas, evito vídeos, trabalhos com grupos numerosos, e a apresentação de slides, para que ela não seja prejudicada. (P6, informação verbal).

Partindo do objetivo da pesquisa em saber quais as percepções dos professores e acadêmicos com e sem deficiência inseridos no ensino superior, é possível observar na fala deles tais dificuldades encontradas que dizem respeito ao processo de inclusão, capacitação e adequação de metodologias de ensino. Nas palavras de Pereira (2006), a preocupação do professor que por muito tempo esteve centrada no conteúdo e não nas formas de como esse aluno pode aprender melhor interferiu muito nos possíveis avanços dos alunos com deficiências, os quais com frequência desistiam de seus objetivos, abandonando o ensino superior.

Quando ficamos sabendo da entrada dele na Universidade não houve nenhum curso que eu lembre, o que foi trabalhado no colegiado foram algumas orientações sobre as necessidades dele e que teríamos que tentar de alguma forma entre os professores trocar ideias para poder conduzir o processo com eficácia. Hoje ninguém está preparado para o diferente, estamos preparados somente para aquilo que é normal, e essa é uma grande questão, pois o que de fato é ser normal? (P3, informação verbal).

Diante dos relatos dos alunos com deficiência é possível enfatizar a necessidade de maior preparo dos professores diante da adaptação de materiais didáticos. De acordo com Bueno (1998, p. 49, grifo nosso), a “[...] inclusão escolar refere-se a uma proposição política em ação, de incorporação de alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola, enquanto que *educação inclusiva* refere-se a um objetivo político a ser alcançado.” Alguns professores ressaltaram que a maioria da turma é composta por alunos sem deficiência e que eles não podem ser prejudicados em relação à adaptação de materiais de ensino (BAZON; EUFRÁSIO; REIS, 2010).

Na fala dos professores, questões como o preparo da instituição de ensino para receber os acadêmicos com deficiência são ineficientes. Além da falta de materiais didáticos adaptados, o professor precisa lidar com uma turma de alunos sem limitações e na mesma turma pessoas com algumas dificuldades, a fim de atender às necessidades de todos e trabalhar de forma inclusiva.

Quando os acadêmicos com deficiência ingressam no ensino superior não trazem consigo um manual de instruções, nem se sabe todas as necessidades e as adaptações que terão de ser feitas. É fato que a instituição, o professor e o próprio acadêmico não sabem sobre os desafios que podem emergir com o passar do tempo. Algumas dificuldades podem passar despercebidas, outras são mais evidentes; as instituições em geral não apresentam infraestrutura 100% adaptada, há escassez de materiais didáticos apropriados e não ofertam com frequência cursos de capacitação para seus professores. Nesse contexto, é necessário que os professores usem da sensibilidade em analisar e identificar quais as maneiras de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais viável para esses alunos, bem como para o restante da classe, de uma forma inclusiva e ética.

Acredito que seja fundamental a instituição dar maior apoio em materiais e na própria elaboração desses materiais, cobrar dos professores para que os mesmos possam auxiliá-lo nesse aspecto, pois temos ainda muito que aprender e se adaptar a essa realidade, pois é de direito das pessoas estudarem. (P4).

Na hora de preparar a aula penso nele, mas penso nos outros também. Então se é inclusivo acho que ele tem que entrar e se adaptar, se esse é a proposta de inclusão, entendo que é quando você tem uma maioria que faz e você vai se incluir dentro desse contexto, eu seria injusta se fizesse algo diferenciado com ele, seria injusta com os demais. Ele entrou em uma Universidade sabendo dessa condição, então acho que ele tem que se adaptar ao processo e que nós enquanto professores também precisamos de orientações. Mas a partir do momento que você vai para uma instituição que não é específica para pessoas com deficiência você precisa se adaptar ao que ela oferece. Na avaliação tento colocá-lo no contexto das avaliações, mas o perfil dele é um pouco tendencioso, não que ele se aproveite, mas se coloca em uma posição de vítima, do tipo, você sabe do meu problema. (P5).

A instituição não é específica para deficientes, mas se ela permite que eles venham para cá precisa disponibilizar condições para isso. Não só a questão de um segundo professor ajudaria, mas até o fato dos professores terem um treinamento, um material que facilitasse. (P5, informações verbais).

A falta de conhecimento da sociedade como um todo nas questões relacionadas às pessoas com deficiência pode gerar visões distorcidas no processo de inclusão. O ensino superior é a porta de entrada para o mercado de trabalho, exigindo comprometimento dos alunos e do corpo docente. A falta de preparação da instituição em atender à nova demanda de acadêmicos com deficiência, o pouco preparo dos professores e a disponibilização insuficiente de materiais didáticos adaptados podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem (CHAHINI, 2010).

É preciso, muitas vezes, que o professor assuma uma posição de aprendiz, pois em razão de o processo de inclusão ser algo relativamente novo torna-se necessário buscar e adaptar modelos de educação. De acordo com a Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, da Unesco a educação é uma questão de direitos humanos, e as pessoas com deficiência devem fazer parte das instituições de ensino, as quais devem adequar o seu funcionamento para incluir todos os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais. Dessa forma, as instituições de ensino também têm responsabilidade de se adequarem à proposta da educação inclusiva (CHAHINI, 2010). Indiferente das especificidades de cada componente curricular, os professores necessitam do apoio institucional para realizar flexibilizações e mudanças em seus métodos de ensino (FERRARI; SEKKEL, 2007).

4.3 A EXPERIÊNCIA DOS COLEGAS DE SALA DE AULA

A presente pesquisa abordou 41 estudantes com matrícula ativa nos Cursos de Psicologia e Direito de uma universidade de Santa Catarina. Por meio de um questionário, foi possível investigar como acontecem as interações com acadêmicos com deficiência no âmbito do ensino superior e quais os possíveis desafios encontrados no cotidiano universitário.

A realidade dos participantes da pesquisa aponta que na turma de Direito 25% dos acadêmicos haviam estudado com algum colega com deficiência durante o ensino regular, e da turma de Psicologia, 28%

dos alunos. Sobre se conheciam pessoas com deficiência, 95% (Direito) e 90% (Psicologia) tiveram contato. Dessa forma, pode-se reafirmar que a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular ainda é baixa (CHAHINI, 2010). Esse dado não está de acordo com o número de pessoas com deficiência do País, que, segundo dados do IBGE 2010, chegam a 23,9% da população. É possível relacionar que a falta de contato com as pessoas com deficiência contribui para a formação de estereótipos e isolamento da sociedade.

Muitas vezes os colegas de classe são os primeiros a perceber as dificuldades das pessoas com deficiência que fazem parte da turma, pois são eles que acompanham a trajetória lado a lado, uns adotando posicionamento mais assistencialista, e outros mantendo neutralidade. A presença de pessoas com deficiência no ensino superior é um novo desafio, tanto para a instituição quanto para os professores, e são os colegas que, muitas vezes, possibilitam prestar seu apoio para que os professores possam rever o plano de ensino, reestruturando suas aulas para que sejam mais inclusivas (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Na percepção dos acadêmicos, conforme dados da pesquisa, 73% dos alunos se sentem responsáveis pela adaptação do colega com deficiência no ensino superior, demonstrando que em tarefas simples como locomoção e trabalhos em grupos se disponibilizam a prestar apoio. “Acredito que temos a obrigação de integrar o colega com o restante da turma, auxiliando quando necessário. O acesso à sala de aula é uma dificuldade; existem escadas e ausência de rampas, não há material disponível.” (Aluno Direito, informação verbal).

Quando questionados se percebem dificuldades do acadêmico com deficiência em expor sua opinião, ficando inseguro durante uma conversa ou interação com o grupo, 58% da amostra expuseram que sim, existem, muitas vezes, barreiras na comunicação e interação com o grande grupo. “Ela sempre se relaciona com as mesmas pessoas.” (Aluno Direito). “A interação com os colegas é limitada, e alguns professores olham com pena.” (Aluno Direito). “Não vejo a aluna interagindo com os demais.” (Aluno Direito, informações verbais).

A pesquisa aponta que 75% dos colegas já desenvolveram alguma atividade acadêmica em grupo com o colega com deficiência, e 53% acham que a existência de um segundo professor auxiliaria o cotidiano acadêmico, proporcionando melhorias na aprendizagem. 34% da amostra apontam que existem vantagens na obtenção de nota, pesos diferentes e tratamento diferenciado em relação aos outros colegas.

O tratamento diferenciado deve acontecer no sentido de acessibilidade e transporte, pois existe a necessidade constante de alguém para acompanhá-la. Seria necessário uma pessoa específica para fazer isso. (Aluno Direito).

Muitas vezes ele não participa das atividades, não copia do quadro. Poderia existir um segundo professor para orientá-lo. (Aluno Psicologia).

Neste caso em específico a colega tem um bom desempenho. O tratamento diferenciado deve existir para que a colega seja incluída no contexto. (Aluno Direito).

Essas pessoas precisam de ajuda de qualquer forma. (Aluno Direito).

O tratamento diferenciado deveria ser a existência de um professor auxiliar, pois só assim acredito na inclusão que tanto se comenta, mas que na prática não acontece. (Aluno Psicologia).

Não acredito que deva existir tratamento diferenciado, falam tanto de inclusão, mas na prática o aluno com deficiência sempre se beneficia de alguma forma. (Aluno Psicologia) (informações verbais).

Em relação à capacitação dos professores para atender aos acadêmicos com deficiência, 65% dos participantes da pesquisa colocam uma percepção positiva quanto ao preparo dos professores, e 35% dos alunos demonstram perceber dificuldades e limitações no desempenho do professor em relação aos acadêmicos com deficiência.

Os professores terceirizaram a aplicação de provas na acadêmica, outra pessoa aplica, também são indiferentes a sua presença e não existem adaptações para que a mesma possa desenvolver os trabalhos de forma diferenciada. (Aluno Direito).

Os professores se dedicam e fazem o que está no seu alcance para melhor aproveitamento das aulas. (Aluno Direito).

Alguns professores não têm habilidades para lidar com a presença dela. (Aluno Direito).

Deveriam disponibilizar maior capacitação aos professores, além do fornecimento de materiais adaptados e alternativos, provas em braille, etc. (Aluno Direito, informações verbais).

A análise dos dados permite a identificação de que 65% da amostra dizem não existir adaptações no planejamento das aulas, considerando a presença de um acadêmico com deficiência e a oferta de materiais didáticos. Referente à habilidade dos professores em lidar com as dificuldades do aluno com deficiência, tanto nas aulas expositivas quanto na hora de passar filmes, avaliar ou conversar com o acadêmico, compreender suas dificuldades e oferecer suporte adequado, 60% avaliaram a conduta dos professores de forma positiva, e 40% não concordaram com a forma que alguns professores conduzem as aulas.

Penso que deveria existir revisões de conteúdo específicas para a aluna, contando com a participação de todos. (Aluno Direito).

O preconceito existe quando os professores passam filmes legendados, por exemplo. (Aluno Direito). Penso que no estágio algumas práticas poderiam ser melhoradas, promovendo acessibilidade às pessoas com deficiência. (Aluno Direito).

Algumas vezes os professores utilizam apenas slides ou vídeos e esquecem a deficiência da colega, creio que não seja proposital, mas é um descuido. (Aluno Direito).

Percebo que ele se sente perdido, às vezes, nas atividades que exigem leitura; o mesmo não possui recursos e precisa contar com a ajuda dos colegas. Atividades com imagens, leituras, o mesmo não tem recursos, deveriam oferecer material adaptado. A Universidade não tem acessibilidade suficiente, e os professores passam filmes legendados para deficientes visuais, eles pecam no planejamento das aulas. Alguns professores falam do acadêmico de uma forma um pouco brusca, como se fosse um estorvo, se o tratassem com indiferença ele se sentiria melhor. As aulas são ministradas como se não houvesse um deficiente visual, no sentido da escassez de material. (Aluno Psicologia).

É necessário o professor ser criativo no quesito de aprendizagem e se adaptar à realidade do acadêmico com deficiência para melhor o atender. Estão todos ainda em processo de adaptação, é uma demanda nova. (Aluno Psicologia, informações verbais).

Os estudantes dos Cursos de Psicologia e Direito demonstraram 78% de reprovação quando questionados se a Universidade está apta a receber acadêmicos com deficiência visual.

Se pudesse escolher eu optaria por uma turma única especialmente para pessoas com deficiência, com professores especializados e pacientes. Alguém precisa acompanhá-lo na locomoção, a Universidade não está adaptada a isso. (Aluno Direito).

Aos poucos a Universidade está se adequando, mas ainda faltam muitas coisas, principalmente sobre materiais didáticos e espaço físico, as escadas, por exemplo, se é massacrante para um aluno normal, imagina para um deficiente visual. Se fosse uma pessoa com deficiência física enfrentaria um grande problema, não está adaptado. (Aluno Direito, informações verbais).

É curioso observar que passadas três décadas de desenvolvimento do processo de inclusão as percepções de que o ensino possa ou deva ser segregatório, restringindo a participação de alunos com deficiência a uma classe especial sob a tutela de professores com “poderes especiais”, ainda se fazem presentes. O que se espera de fato é que todos os professores sejam especializados e pacientes e que se possa, juntos, aprender a conviver e a respeitar a diferença como característica fundamental do ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior está ocorrendo de forma gradativa; aos poucos a presença desses acadêmicos será uma realidade em todas as universidades do País. Diante dos dados obtidos na pesquisa, fica evidente que a inclusão desses alunos é algo que já está acontecendo, mas que ainda precisa evoluir e se adequar às necessidades reais que envolvem outros aspectos além das metodologias de ensino e condições de adequação de espaços físicos.

Os acadêmicos com deficiência deixaram claro em suas falas que em muitos aspectos o ambiente do ensino superior ainda não está 100% adaptado para atendê-los, em virtude da falta de estruturas físicas adaptadas, de orientações acerca dos métodos a serem utilizados, da inexistência de conversas para com-

preender quais as reais necessidades desses alunos e de disponibilização de materiais didáticos, como livros em áudio e programas eficientes de computadores. Quanto à percepção sobre os professores, surgiram insatisfações referentes às metodologias de ensino, ao uso de vídeos ou outros materiais em que a deficiência visual afetaria a compreensão destes, além da realização de provas orais sem adaptação necessária para atendê-los de forma inclusiva.

Na percepção dos professores universitários participantes da pesquisa, o processo de inclusão deve se consolidar de forma efetiva, ocorrendo de fato a inclusão e não apenas a inserção desses alunos no âmbito do ensino superior. Porém, muitas barreiras são encontradas, principalmente no que diz respeito à própria formação docente, dificuldades institucionais, falta de material didático adaptado e orientações sobre a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores sequer tiveram contato ou capacitações para atender às demandas oriundas do ingresso de acadêmicos com deficiência no ensino superior. Por isso é importante ressaltar que a busca por adequações de metodologias de ensino não é papel somente das universidades, pois os professores são agentes ativos nesse processo.

Os colegas, muitas vezes, são os que mais têm contato e proximidade com os acadêmicos com deficiência nas turmas de ensino superior, acompanhando o cotidiano, os desafios e as conquistas que surgem a todo momento. Diante das percepções obtidas por meio da pesquisa, pôde-se evidenciar que muitos colegas são engajados em tarefas simples, como auxiliar na locomoção dessas pessoas. Percebeu-se também a existência de barreiras de comunicação entre o acadêmico com deficiência e os demais colegas, colocando-se que deve haver um tratamento diferenciado a fim de suprir as necessidades e facilitar a adaptação no cotidiano universitário. Ressaltam a importância da capacitação dos professores e adequação de metodologias de ensino, bem como da disponibilidade de materiais didáticos adaptados, além de melhorias em questões institucionais, reconhecendo que o processo de inclusão está ocorrendo no ensino superior, mas que ainda pode ser melhorado a fim de atender de forma inclusiva e efetiva à demanda desses novos alunos.

Com a chegada de acadêmicos com deficiência no ensino superior, as universidades estão passando por um processo de adaptação; também é uma demanda nova para os professores e colegas de classe, que precisam conhecer as reais necessidades desses acadêmicos a fim de contribuir, direta ou indiretamente, na inclusão deles com base no respeito às diferenças e na igualdade de oportunidades para todo e qualquer cidadão. Não é somente dever da universidade proporcionar boas condições de adaptação e inclusão; todos têm muito a contribuir para que haja de fato a inclusão.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, D. B. M.; FERREIRA, A. A. **Representação social e expectativas de alunos universitários com deficiências sobre trabalho**. 2013. 34 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2013.
- BAZON, F. V. M.; EUFRÁSIO, D. A.; REIS, M. X. dos. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 111-130, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.br>>. Acesso em: 06 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008. p. 43-63.

CHAHINI, T. H. C. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da universidade federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 131 p. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CORRÊA, P. M. **Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos**. 2014. 283 p. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 27, n. 4, p. 636-647, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a06.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 105-124, 2011.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, v. 32, n. 2, 343-356, 2007.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política inclusiva, reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. 2010.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas**. 2009. 254 p. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, M. M. Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior. **UNIREVISTA**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 6, 2006. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev_Pereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial de Santa Catarina: proposta**. São José: FCEE, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. Fundação Catarinense de Educação Especial. Diretoria de Assistência ao Educando. Gerência de Pesquisa e Recursos Tecnológicos. **Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997**. São José, 2002.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 273-294, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a8.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 13, p. 399-414, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n3/a07v13n3.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

